Art. 2º Alterar o §1º do artigo 8º da Portaria Nº 29, de 26 de fevereiro de 2024, que passa a vigorar com a seguinte redação:

~~“§ 1º Em caso de perda, roubo, furto, extravio, apropriação por terceiro, dano ou qualquer outra situação análoga, o beneficiário titular do Cartão Mobilidade deve providenciar imediatamente a solicitação de bloqueio do cartão junto ao Agente Operador do Sistema de Bilhetagem Automática-SBA, não respondendo o órgão gerenciador e o operador do SBA pelos créditos que porventura tenham sido utilizados indevidamente.”~~

Art. 3º Alterar o §1º do artigo 9º da Portaria Nº 29, de 26 de fevereiro de 2024, que passa a vigorar com a seguinte redação:

~~“§ 1º Havendo indícios de ocorrência das condutas descritas nos incisos I e II, proceder-se-á à instauração de processo administrativo em desfavor do beneficiário titular do cartão Mobilidade, garantindo-se o exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa, conforme termos da Lei Federal nº 9.784/99, em face da Lei Distrital nº 2.834 de 07 de dezembro de 2001.”~~

Art. 4º Revogar o §2º, do art. 3º e o art. 4º, da Portaria Nº 29, de 26 de fevereiro de 2024.

~~Art. 5º O Banco de Brasília - BRB, implementará solução tecnológica avulsa/QR CODE, VALET, para acesso ao Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal - STPC/DF, sem necessidade de cadastro simplificado, haja vista a necessidade da garantia ao princípio da universalidade de acesso ao transporte público.~~

~~Parágrafo único. A modalidade de acesso ao sistema, por meio de solução tecnológica avulsa/QR CODE/VALET, não dará direito aos benefícios da integração, tratado no Decreto nº 34.495, de 27 de junho de 2013.~~

~~Art. 6º O Banco de Brasília - BRB, definirá em até 30 (trinta) dias cronograma para implementação dessa nova ferramenta e divulgação do produto avulso.~~

~~Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.~~

ZENO JOSÉ ANDRADE GONÇALVES

SECRETARIA EXECUTIVA

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 96, de 28 de junho de 2024, publicada no DODF nº 126, de 04 de julho de 2024, página 41, no ato que reinaugurou a Tomada de Contas Especial nº 09/2018, ONDE SE LÊ: "...Estabelecer o prazo de 90 (sessenta) dias...", LEIA-SE: "...Estabelecer o prazo de 90 (noventa) dias..."

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA

CONSELHO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

ATA DA 347ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Aos 28 dias do mês de maio do ano de 2024, na sala de inovações do anexo do Palácio do Buriti, em Brasília, Distrito Federal, às 9h20, verificado o quórum regimental, deu-se a abertura oficial da 347ª Reunião Plenária Ordinária do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal - CDCA/DF, sob a condução do senhor Eduardo Chaves, vice-presidente do Conselho. Presentes os conselheiros de Direitos: (1) Representantes Governamentais: Eduardo Chaves, representante da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania - Sejus (Infância e Adolescência); Márcia Regina da Paz, representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico Trabalho e Renda; William Gualberto, representante da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania (Direitos Humanos); Denise Parreira, representante da Secretaria de Estado de Economia; Patrícia Souza Melo e Jacira Germana Batista, representantes da Secretaria de Estado de Educação; Rodrigo Simões, representante da Secretaria de Estado de Esporte e Lazer; Judith da Paixão Vieira, representante da Secretaria de Estado da Mulher; Leny Pereira da Silva e Flávia Carneiro Nunes Sales, representantes da Casa Civil - Articulação com o Entorno. (2) Representantes da Sociedade Civil: Silvina da Conceição Araújo, representante da instituição Assistência Social - Casa Azul; Celiomar Dias de Oliveira, representante da instituição Projeto Integral de Vida - Pró-Vida; Joelma Oliveira Bonfim e Cleysiane Ferreira Lima, representantes do Instituto Futuro e Ação - Ifa; Daise Lourenço Moisés e Lorena Marinho da Silva, representantes do Conselho de Entidades de Promoção e Assistência Social do Distrito Federal - Cepas; Francisco Rodrigues Corrêa e Rafaela Cristina Lopes Reis, representantes do Sindicato dos Empregados em Instituições Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas do Distrito Federal - Sintibref/DF; Maria Meire Nascimento da Costa, representante da instituição Lar da Criança Padre Cícero; João Donadon, representante da instituição Casa de Ismael - Lar da Criança; Luiza Martins Costa, Juliana Miranda Damasceno Monteiro e Julia Matinato Salvagni, representantes da instituição Aconchego - Grupo de Apoio à Convivência Familiar e Comunitária; Jhonata Reis de Sousa, representante do Instituto AMBP de Solidariedade - IAMPBS; Milda Lourdes Pala Moraes, representante do Instituto Espírito de Luz - IEL; Wladimir Rocha de Souza Telles Coubelli, representante do Sindicato dos Servidores da Assistência Social e Cultural do GDF - Sindsas/DF e Hudson Quintana, representante do Sindicato dos Professores em Estabelecimentos Particulares de Ensino - Sinproep. (3) Demais participantes: Renato Bianchini, do MPDFT; Camila Lucas Mendes, da DPDF; Evandro Neiva de Amorim, Juiz da 1ª Vara da Infância e Juventude, Luciana de Paula Barbosa, Márcia Cristina Coelho de Lima, Reinaldo Torres Alves Jr., da 1ª Vara da Infância e Juventude; Mona Lisa Nascimento, do Conselho Tutelar do Cruzeiro, Ana Paula Mendes, da Associação Sociocultural São Luís Orione Do Itapoã; Sônia Maria Figueiredo de Carvalho Feitoza e Carlos Adriano de Carvalho Feitoza, da Associação Maria de Nazaré; Irmã Eliane Viana de Oliveira e Irmã Rosa Maria dos Santos, do Instituto Promocional Madalena Caputo; Tiago Pires, da instituição Obra de Assistência à Infância e à Sociedade; Paloma Figueiredo, da Subsecretaria do Sistema Socioeducativo; Diego Moreno de Assis, Subsecretário Janaína Vieira Martins, Isabelle da Silva dos Santos e

Thanandra Taiza Pereira Dias, da Subsecretaria de Políticas Públicas; Ana Luiza Borba, secretária executiva do CDCA, Jonathas Felipe Aires, Diego Rafael Figueiredo Rocha Paiva, Ingrid Anne Soares de Oliveira, Nathaly Eloi Ferreira, Alessandra Nascimento da Silva e Barbara Neri Almeida de Oliveira, da Secretaria Executiva do CDCA. 1. Aprovação da Ata da 346ª Reunião Plenária Ordinária. Fica aprovada a ata da 346ª Reunião Plenária Ordinária do CDCA. 2. Informes. 2.1 Informe da Presidência. O vice-presidente do Conselho, Eduardo Chaves, solicita a participação dos conselheiros no processo de atualização do Regimento Interno que está sendo coordenado pelo conselheiro João Donadon, pois trata-se de um instrumento importante para a condução e o aprimoramento dos trabalhos do colegiado. Ele destaca que, até o momento, houve baixa participação dos demais conselheiros. O Conselho delibera que a decisão quanto à atualização do Regimento Interno será pauta de reunião plenária extraordinária dedicada ao assunto. 2.2. Informe da Secretaria Executiva. A secretária executiva, Ana Luiza Borba, atualiza o Conselho a respeito do agendamento de reunião extraordinária para deliberação e votação sobre o Regimento Interno, com data sugerida para o dia 18 de junho de 2024. Ela também relembra sobre o lançamento do edital para a realização da assembleia de eleição de representantes das organizações da sociedade civil que irão integrar Comissão de Ética e Disciplina dos Conselhos Tutelares do Distrito Federal - Cedicon, com assembleia para eleição agendada para o dia 27 de junho de 2024, a ser realizada em formato virtual. O vice-presidente do Conselho, Eduardo Chaves, enfatiza a importância da Cedicon visto que os Conselhos Tutelares estão ganhando mais destaque na sociedade civil e estão sendo objeto de maior controle social. 3. Relato das Comissões. 3.1 Relatoria da Comissão de Políticas Públicas - Compp. A coordenadora Luiza Martins inicia seu relato fazendo referência à tragédia ocorrida no DF referente à morte de três crianças em hospitais públicos. Ela explica que há sinalização de negligência médica como causa, pontuando, assim, a necessidade de investimento governamental na contratação de profissionais de saúde e melhorias nas estruturas físicas dos ambientes hospitalares. A conselheira também destaca a importância de se discutir os fatos que estão ocorrendo no Rio Grande do Sul devido às enchentes enfrentadas no estado. Ela apresenta as pautas que foram tratadas nas reuniões dos dias 13 e 21 de maio, sendo elas: projetos governamentais; informações sobre vagas de creche da Secretaria da Educação e Instituição Pró-educ; condições de tratamento ofertado a crianças e adolescentes pela Clínica de Saúde Mental Khensis. Ela explica, ainda, que a Comissão se debruçou sobre a atualização do Regimento Interno no CDCA, no tocante às atribuições da Comissão de Políticas Públicas e que aguardam designação dos conselheiros representantes da Secretaria de Saúde para tratar da temática da relação da saúde para crianças e adolescentes em acolhimento. O promotor de justiça, Renato Bianchini, pontua que o MPDFT e a DPDF estão acompanhando a mediação que o TJDF tem feito para o cumprimento de sentença de uma ação civil pública que está tramitando há 13 anos, a qual trata da universalização do acesso à creche. O promotor relata que houve uma reformulação do manual para acesso às vagas de creches e afirmou que as requisições feitas pelo Conselho Tutelar não estão sendo atendidas nem sendo consideradas para pontuação, fato esse que está sendo tratado nessa mediação entre os órgãos para que o manual seja revisto. A coordenadora Luiza discorre, ainda, sobre uma denúncia que receberam de uma enfermeira referente a internação de crianças e adolescentes. Segundo relato, houve diálogo entre a Sedes e a SES para tratar do assunto, visto que há número insuficiente de cuidadores para esse público acolhido. 3.2 Relatoria da Comissão de Medidas Socioeducativas - CMSE. A coordenadora Milda inicia seu relato informando que a Comissão se reuniu no dia oito de maio de 2024 e que os seguintes pontos foram discutidos: destaque quanto à ausência de representantes da Secretaria de Educação e da Secretaria de Saúde; calendário de capacitação da Escola de Socioeducação; contribuições ao Regimento Interno do CDCA, foi apresentada proposta de modificação das atribuições da Comissão de Medidas Socioeducativas; realização de escuta dos adolescentes da equipe técnica na Gerência de Atendimento em Meio Aberto de Samambaia. Por fim, a conselheira relata que receberam um e-mail com o formulário para implementação do Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo e optaram por fazer o preenchimento conjunto na reunião da comissão. 3.3 Relatoria da Comissão de Formação e Mobilização - Comfmob. A coordenadora, Márcia Regina, inicia seu relato convidando os presentes para participação em uma dinâmica de mobilização do grupo. A conselheira dá conhecimento ao pleno de que, na reunião do dia sete de maio, receberam estudantes do curso de administração do Centro Universitário de Brasília - Uniceub em busca de parceria com o CDCA para sanar dúvidas quanto à política de isenção de Imposto de Renda relacionada à realização de doações para o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente. 3.4 Relatoria da Comissão de Acompanhamento do Comitê Consultivo de Adolescentes - Cacon. A coordenadora Patrícia Melo apresenta seu relato informando que a Cacon tem se reunido mensalmente para planejamento e definições do que está sendo discutido no Comitê Consultivo de Adolescentes, destacando que a reunião do próprio Comitê ocorre também mensalmente aos sábados. Ela explica que a definição das pautas tratadas no Comitê conta com a participação dos adolescentes que o compõem. Sobre a reunião realizada na data 09 de maio, a conselheira relata que foi deliberado pelo agendamento de reunião com a secretária executiva do CDCA para tratar dos seguintes temas: realização de projeto para financiamento das ações do Comitê Consultivo e gestão das redes sociais do Comitê considerando a necessidade de divulgação das ações. Ela relata, ainda, que no dia 18 de maio houve a segunda reunião do Comitê Consultivo que aconteceu na Casa do Ismael. A conselheira Joelma agradece a acolhida que receberam na Casa do Ismael e enfatiza a necessidade e a importância de se garantir condições de transporte e de alimentação para a participação dos adolescentes e para que as suas demandas sejam escutadas. A conselheira Luiza enfatiza a necessidade de se usar linguagem acessível nos encontros com os adolescentes. 3.5 Relatoria da Comissão de Legislação - Comlegis. O coordenador Wladimir inicia seu relato informando sobre a reunião ocorrida no dia 16 de maio em que foram discutidas as temáticas referentes às propostas de atualização do Regimento Interno. Ele explica que a Comissão sugeriu que fosse realizada uma outra reunião plenária específica para a discussão. Outra pauta apresentada foi a reunião feita com a Comissão de Primeira Infância para discussão sobre a questão do registro de creches no CDCA. Por fim, o conselheiro apresenta a discussão ocorrida sobre o Sistema de Informação para a Infância e Adolescência - Sipi. O conselheiro João Donadon

ênfata a necessidade e a importância da contribuição dos demais conselheiros para a atualização do Regimento Interno. 3.6 Relatoria da Comissão de Conselho Tutelar - CCT. A Secretaria Executiva informa que a Comissão de Conselho Tutelar não se reuniu no mês de maio. 3.7 Relatoria da Comissão da Primeira Infância. A coordenadora Daise não estava presente na reunião no momento da relatoria das comissões. O vice-presidente Eduardo informa que, no mês de maio, a Comissão se reuniu com com a Comissão de Legislação e, ainda, com o Comitê Gestor Intersecretorial de Políticas Públicas para Primeira Infância. Ele explica que, com o Comitê Gestor, trataram da organização da semana do bebê e da primeira infância e convida a todos a participarem dos eventos. 3.8 Relatoria do Conselho de Administração do FDCA/DF - CAFDCA. A presidente do CAFDCA, Denise Parreira, explica que o Conselho tem recebido as informações necessárias da Diretoria de Projetos - Diproj em relação ao andamento dos processos, e que considera satisfatório o fluxo processual. Ela também informa que o Conselho de Administração está trabalhando conjuntamente com a Diproj para análise dos projetos, principalmente devido ao momento próximo do encerramento do edital corrente, nº 03/2022. O conselheiro Francisco relata sobre a dificuldade que as instituições estão encontrando em relação ao modelo de planilha orçamentária pelo CDCA. 4. Ordem do Dia. 4.1. Projeto Governamental proposto pela Comissão de Primeira Infância do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente. Referendo decisão Compp e CAFDCA. Desenvolvimento da "Entrevista Forense para a Primeira Infância": Evidências de Validade - projeto em parceria com o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, que visa desenvolver uma metodologia de Entrevista Forense para vítimas de violência na primeira infância. Processo SEI nº 00400-00021840/2024-14. Encaminhamento: Reinaldo Torres Alves Jr., da 1ª Vara da Infância e Juventude, apresenta o projeto "Entrevista Forense para a Primeira Infância", que tem como objetivo desenvolver uma metodologia de Entrevista Forense para vítimas de violência na primeira infância. Os conselheiros elogiam a proposta e apresentam suas dúvidas ao proponente, que as respondem. O Conselho delibera por aprovar o mérito do projeto, referendando as decisões da Comissão de Políticas Públicas e do Conselho de Administração do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente. A decisão do Conselho no sentido de aprovar a execução do projeto com recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente - FDCA se deu com a ressalva de que sejam realizados ajustes no plano de trabalho do projeto pelo proponente até a data da próxima reunião plenária ordinária do Conselho, quando será referendado o novo plano de trabalho. Os tópicos apontados pelo Conselho a serem ajustados no plano de trabalho do projeto são os seguintes: 1. Previsão de divulgação do objeto do projeto para diferentes organizações integrantes do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, tais como conselhos tutelares e Organizações da Sociedade Civil - OSCs, com vistas à qualificação da rede por meio da produção de material de orientação, como, por exemplo, cartilhas informativas. O Conselho destaca a importância de ser pensado material com linguagem para o público profissional e também para os não profissionais que podem participar do fluxo de atendimento; 2. Previsão de realização de curso para orientação da rede de proteção aos Direitos de Crianças e Adolescentes sobre o fluxo de acolhimento, considerando a necessidade de orientação para os profissionais que lidam com as situações envolvendo revelação espontânea. O Conselho solicita, ainda, ao responsável pela elaboração do projeto, que participe de reunião do Comitê Gestor Intersecretorial de Políticas Públicas para Primeira Infância de modo a contribuir na elaboração de proposta de contrapartida a ser incluída no projeto. 4.2. Projeto Governamental proposto pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Referendo decisão Compp e CAFDCA. Estabelecer parceria com Organização da Sociedade Civil para promover a preparação de pretendentes à adoção de crianças e adolescentes inseridos no Sistema Nacional de Adoção, por meio da criação de um espaço de reflexão, aprendizagem e compartilhamento, fortalecendo o desejo de parentalidade pela via da adoção. Processo SEI nº 00400-00024406/2024-88. Encaminhamento: As representantes da 1ª Vara da Infância e Juventude - 1ª VIJ, Luciana de Paula e Márcia Cristina, apresentam ao Conselho o projeto que tem como objetivo estabelecer uma parceria com Organização da Sociedade Civil para promover a preparação de pretendentes à adoção de crianças e adolescentes inseridos no Sistema Nacional de Adoção. Os conselheiros elogiam o projeto e fazem seus questionamentos às assessoras da 1ª VIJ. Após, as convidadas respondem as dúvidas do Conselho que delibera por aprovar o mérito do projeto, referendando as decisões da Comissão de Políticas Públicas e do Conselho de Administração do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente. A decisão do Conselho no sentido de aprovar a execução do projeto com recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente - FDCA se deu com a ressalva de que sejam realizados ajustes no plano de trabalho do projeto pelo proponente até a data da próxima reunião plenária ordinária do Conselho, quando será referendado o novo plano de trabalho. Os tópicos apontados pelo Conselho a serem ajustados no plano de trabalho do projeto são os seguintes: 1. Ampliação do prazo do projeto (para realização em 2 ou 3 anos); 2. Inclusão de relatório anual a respeito do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento; 3. Inclusão de item sobre monitoramento estatístico; 4. Comparativo histórico pré e pós parceria (englobando um período de 2 ou 3 anos). 4.3. Projeto Governamental proposto pela parceria CDCA/SEJUS. Referendo decisão Compp e CAFDCA. Realizar projeto-piloto de emissão de documento de identidade para crianças, incluindo recém-nascidos, contendo os dados biométricos de forma integrada com o Sistema de Identificação Civil do Distrito Federal. Processo SEI nº 00400-00029067/2024-26. Encaminhamento: Diego Moreno, subsecretário de Políticas para Crianças e Adolescentes, apresenta ao Conselho a proposta do projeto-piloto de emissão de documento de identidade para crianças, incluindo recém-nascidos, contendo os dados biométricos de forma integrada com o Sistema de Identificação Civil do Distrito Federal. O Conselho delibera por aprovar o mérito do projeto, referendando as decisões da Comissão de Políticas Públicas e do Conselho de Administração do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente. A decisão do Conselho no sentido de aprovar a execução do projeto com recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente - FDCA se deu com a ressalva de que sejam realizados ajustes no plano de trabalho do projeto pelo proponente até a data da próxima reunião plenária ordinária do Conselho, quando será referendado o novo plano de trabalho. Os tópicos apontados pelo Conselho a serem ajustados no plano de trabalho do projeto são os seguintes: 1. Avaliação sobre o impacto

quanto à decisão de alugar ou comprar as máquinas de identificação biométrica; 2. Atualização do valor e do tempo do projeto destinados para a capacitação dos técnicos que irão operar as máquinas de biometria; 3. Previsão de planejamento do ambiente onde será realizada a coleta das digitais, que seja lúdico, compatível com o contexto da primeira infância; 4. Considerando a maior incidência de crianças sem informação de paternidade no registro civil em determinadas regiões administrativas do DF, como por exemplo a região de Samambaia, o Conselho solicita que o órgão proponente realize levantamento de dados de modo a priorizar a realização das ações do projeto nas regiões administrativas com maior dificuldade de identificação civil de crianças. A decisão se baseia no disposto no capítulo "Assegurando o documento de cidadania a todas as crianças" do Plano Distrital para Primeira Infância 2023-2032. 4.4. Frequência dos conselheiros CDCA. Encaminhamento: O vice-presidente Eduardo apresenta os dados levantados pela Secretaria Executiva a respeito da frequência dos conselheiros nas reuniões das Comissões e Plenárias do CDCA. 4.5. Composição das Comissões Temáticas do CDCA. Encaminhamento: O Conselho delibera que devido as problemáticas envolvendo a participação dos conselheiros representantes do Governo nas reuniões do CDCA, estes deverão preencher um formulário indicando suas preferências para nova composição das Comissões Temáticas do CDCA. Fica deliberado que a Secretaria Executiva irá encaminhar o formulário nos grupos de WhatsApp do Conselho. 4.6. Publicação da Resolução Normativa nº 108, de 09 de maio de 2024. Encaminhamento da Comlegis - Para conhecimento da publicação da Resolução Normativa nº 108, de 09 de maio de 2024, que altera a redação do §1º do art. 13 da Resolução Normativa nº 96, de 26 de outubro de 2021. Encaminhamento: O Conselho toma conhecimento da publicação da Resolução Normativa nº 108, que altera a redação do §1º do art. 13 da Resolução Normativa nº 96 de 2021. 4.7. Comitê Gestor do SIPIA Conselho Tutelar. Encaminhamento da Comlegis - Publicação da Resolução Ordinária que institui o Comitê Gestor do Sistema de Informação para a Infância e a Adolescência - SIPIA Conselho Tutelar. Para conhecimento e definição de procedimentos. Processo SEI nº 00400-00052260/2023-80. Encaminhamento: O Conselho toma conhecimento da publicação da Resolução Ordinária que institui o Comitê Gestor do Sistema de Informação para a Infância e a Adolescência - SIPIA Conselho Tutelar e delibera por encaminhar o assunto à Comissão de Conselho Tutelar para que seja debatido o formato de implementação do Comitê. 4.8. Assembleia para definição dos representantes CDCA na Comissão de Ética e Disciplina dos Conselhos Tutelares do Distrito Federal - Dedicon. Encaminhamento: O Conselho toma conhecimento da convocação da Assembleia para definição dos representantes do CDCA na Comissão de Ética e Disciplina dos Conselhos Tutelares, o evento irá ocorrer no dia 27 de junho, às 9h, por videoconferência. A Secretaria Executiva irá encaminhar o convite para participação dos conselheiros no grupo de WhatsApp do CDCA. 5. Relatoria dos processos de registro. 5.1. Instituto me Ajude a Ajudar - IMAA. Solicitação de concessão de registro. Relatoria do Instituto Futuro e Ação-IFA. Processo SEI nº 00400-00067741/2023-90. Encaminhamento: O Conselho delibera por indeferir a solicitação de concessão de registro. A decisão se deu em conformidade com o parecer da conselheira relatora, conselheira Joelma Bonfim. A conselheira informa que a instituição não demonstrou trabalhar com crianças e adolescentes e tem como foco capacitar mulheres, por isso, Joelma informou à instituição sobre a necessidade de alterar seu plano de trabalho para que seja possível encaminhar novo pedido de registro. 5.2. Instituto Social Maior. Solicitação de concessão de registro. Relatoria do Sindicato dos Empregados em Instituições Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas do DF - Sintibref. Processo SEI nº 00400-00076202/2023-41. Encaminhamento: O Conselho delibera por deferir a solicitação de concessão de registro. A decisão se deu em conformidade com o parecer da conselheira relatora, conselheira Rafaela Cristina Lopes dos Reis. 5.3. Processos de reavaliação bianual. Para conhecimento do Conselho. Processo SEI nº 00400-00029730/2024-92 - Federação Espírita Brasileira - FEB; Processo SEI nº 00400-00029723/2024-91 - VIVER - Associação dos Voluntários Pró-Vida Estruturada; Processo SEI nº 00400-00028793/2024-21 - Associação das Obras Pavonianas de Assistência - CEAL/LP; Processo SEI nº 00400-00027864/2024-79 - Instituto Espírito de Luz - IEL. Encaminhamento: O Conselho toma conhecimento dos processos de reavaliação bianual aprovados. A conselheira Márcia Regina sugere que as reuniões presenciais do CDCA ocorram nos diversos órgãos que compõem o Conselho. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 17h40 e eu, Barbara Neri Almeida de Oliveira, diretora de Acompanhamento de Normas e Comissões do CDCA/DF, lavrei a presente ata, que vai assinada pelo vice-presidente do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente - CDCA/DF, senhor Eduardo Chaves.

RESOLUÇÃO Nº 147, DE 10 DE JUNHO DE 2024

~~Dispõe sobre autorização para captação de recursos financeiros por intermédio do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal - FDCA/DF para projetos submetidos ao CDCA/DF.~~

~~O PRESIDENTE DO CONSELHO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO DISTRITO FEDERAL, órgão autônomo, paritário, deliberativo e controlador das ações de atendimento aos direitos da criança e do adolescente do Distrito Federal, criado por força da Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA), regido pela Lei Distrital nº 5.244, de 16 de dezembro de 2013, vinculado administrativamente à Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal, resolve:~~

~~Art. 1º - Tomar públicos os projetos autorizados a captar recursos financeiros por intermédio do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal - FDCA/DF, na modalidade chancela, de acordo com a Resolução Normativa nº 61, de 1º de agosto de 2012 e com a Resolução Normativa nº 96, de 26 de outubro de 2021:~~

PROCESSO	INSTITUIÇÃO	PROJETO
00400-00033625/2024-58	Centro Social Formar	Esporte por toda Parte
00400-00033724/2024-30	Instituto Visamos	Famílias Fortes Visamos

~~Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.~~

JOÃO HENRIQUE BARBOSA